

Macaúbas Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Macaúbas Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Macaúbas Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Macaúbas Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pelo Grupo Statkraft. Como fruto do acordo, a SKER implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a SKER continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1º de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.780	677	Fornecedores	9	4.942	1.149
Contas a receber	7	2.564	2.440	Arrendamentos	11	51	129
Tributos a recuperar		4	4	Salários e encargos sociais		-	249
Outros ativos		113	96	Impostos a recolher		267	125
Total do ativo circulante		<u>5.461</u>	<u>3.217</u>	Imposto de renda e contribuição social		226	173
				Dividendos a pagar	14.c	2.340	669
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		518	27
Contas a receber	7	1.168	1.801	Total do passivo circulante		<u>8.344</u>	<u>2.521</u>
Outros ativos		-	388				
Imobilizado	8	95.734	100.344	NÃO CIRCULANTE			
Intangível		259	355	Arrendamentos	11	684	681
Total do ativo não circulante		<u>97.161</u>	<u>102.888</u>	Imposto de renda e contribuição social		36	55
				Impostos a recolher		43	66
				Provisão para remoção de imobilizado	13	3.020	2.768
				Total do passivo não circulante		<u>3.783</u>	<u>3.570</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.a	81.700	96.700
				Reservas de lucros	14.b	8.795	3.314
				Total do patrimônio líquido		90.495	100.014
TOTAL DO ATIVO		<u>102.622</u>	<u>106.105</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>102.622</u>	<u>106.105</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		27.673	25.164
Receita líquida da prestação de serviços		<u>339</u>	<u>149</u>
RECEITA LÍQUIDA	15	28.012	25.313
Custo do fornecimento de energia elétrica	16.a	(15.910)	(18.686)
LUCRO BRUTO		<u>12.102</u>	<u>6.627</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16.b	(2.334)	(2.183)
Outras receitas	16.c	<u>1.682</u>	<u>(40)</u>
		(652)	(2.223)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>11.450</u>	<u>4.404</u>
Receitas financeiras		309	368
Despesas financeiras		<u>(369)</u>	<u>(1.111)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	17	(60)	(743)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.390	3.661
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.539)	(842)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>9.851</u>	<u>2.819</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		<u>0,11</u>	<u>0,03</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.851	2.819
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.851</u>	<u>2.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		44.700	1.107	11.474	-	57.281
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.819	2.819
Aumento de capital	14.a	57.000	-	-	-	57.000
Redução de capital	14.a	(5.000)	-	-	-	(5.000)
Constituição de reserva legal		-	141	-	(141)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(670)	(670)
Dividendos adicionais destinados	14.c	-	-	(11.416)	-	(11.416)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	2.678	(2.678)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>96.700</u>	<u>1.248</u>	<u>2.736</u>	<u>(670)</u>	<u>100.014</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.851	9.851
Redução de capital	14.a	(15.000)	-	-	-	(15.000)
Constituição de reserva legal		-	493	-	(493)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(2.340)	(2.340)
Dividendos adicionais destinados	14.c	-	-	(2.030)	-	(2.030)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	6.348	(6.348)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>81.700</u>	<u>1.741</u>	<u>7.054</u>	<u>-</u>	<u>90.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		11.390	3.661
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	8	9.752	9.841
Rendimento sobre aplicação financeira restrita		-	(81)
Juros apropriados sobre as atividades de financiamento		-	1.108
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	52	40
Atualização de provisão para remoção de imobilizado	13	252	105
Despesas financeiras sobre arrendamentos		91	100
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		509	8.616
Impostos a recuperar		-	8
Outros ativos		371	(219)
Fornecedores		3.793	126
Tributos a recolher		(130)	(342)
Arrendamentos		(75)	(149)
Outros passivos		413	(90)
Juros pagos sobre financiamento		-	(902)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.519)	(1.570)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>24.899</u>	<u>20.252</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates de aplicação financeiras restritas		-	13.232
Aquisição de bens do imobilizado	8	(5.096)	(815)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(5.096)</u>	<u>12.417</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	14.c	(2.700)	(12.601)
Aumento de capital recebido líquido das reduções efetuadas	14.a	-	52.000
Redução de capital efetuadas	14.a	(15.000)	-
Pagamento de financiamentos - principal		-	(74.755)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(17.700)</u>	<u>(35.356)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.103</u>	<u>(2.687)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	677	3.364
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	2.780	677
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.103</u>	<u>(2.687)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Macaúbas Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 16 de outubro de 2007, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado Macaúbas, com 35,07 MW de potência instalada, localizado no município de Brotas de Macaúbas - BA. O prazo de duração da mesma é indeterminado, conforme consta no estatuto da Companhia. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é Companhia integrante do grupo norueguês Statkraft.

A Central Geradora Eólica Macaúbas, localizada no município de Brotas de Macaúbas - BA, possui 21 aerogeradores e está devidamente licenciada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, por meio da Licença de Operação - LO nº 16.395, com validade até 22 de junho de 2023.

Em 5 de julho de 2012, por meio do Despacho nº 2.221, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL Macaúbas (Macaúbas Energética S.A.), com 35.070 kW de capacidade instalada sendo que a UEE Macaúbas comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) ocorrido em dezembro de 2009. No total foram vendidos 13,0 MW médios de energia. A energia foi contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$2.883 (R\$696 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende não haver riscos de liquidez, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos e redução de capital a pagar aos acionistas, enquanto os ativos circulantes são representados pelo saldo de contas a receber em aberto, levantadas na data destas demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da venda de energia conforme contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados (atual e anterior).

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

São constituídos por ativos cujo principal objetivo da Companhia é proporcionar os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. São também compostos por passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados como ativo ou passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não realiza operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros).

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada (vide nota explicativa nº 10).

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização.

Os intangíveis representados pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação, são amortizados pelo prazo de vigência da licença. Caso os custos ambientais associados à referida licença sejam pagos antes da sua efetiva obtenção, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos, entre outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.13. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento a entrega do volume de energia elétrica valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.16. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.18. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL àquela data, a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado (substancial revisão da vida útil dos bens) os quais passaram a ser depreciados pela vida útil a partir de julho de 2012.

2.19. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2021:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2021.

c) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliara eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com a mesma, principalmente em relação ao contas a receber.

Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a Administração entende que o risco de crédito está mitigado.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Aivo financeiro ao valor justo por meio do resultado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.780	677
	<u>2.780</u>	<u>677</u>
<u>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Contas a receber	3.732	4.241
	<u>3.732</u>	<u>4.241</u>
<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>		
Fornecedores	4.942	1.149
Dividendos a pagar	2.340	669
Outros passivos	518	27
	<u>7.800</u>	<u>1.845</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	9	5
Aplicações financeiras com liquidez imediata	2.771	672
	<u>2.780</u>	<u>677</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e são remunerados a taxa média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica (i)	2.540	2.345
Contas a receber partes relacionadas (ii)	24	95
Geração excedente aos contratos CER (iii)	<u>1.168</u>	<u>1.801</u>
	<u>3.732</u>	<u>4.241</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	2.540	2.345
Contas a receber partes relacionadas (iv)	24	95
Geração excedente aos contratos CER	<u>1.168</u>	<u>1.801</u>
	<u>3.732</u>	<u>4.241</u>
Apresentados como:		
Ativo circulante	2.564	2.440
Ativo não circulante	1.168	1.801

- (i) Representa a energia contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia reserva por um prazo de 20 anos;
- (ii) Composto pelo saldo de compartilhamento de custos entre as empresas do grupo;
- (iii) Saldos exclusivamente referentes à geração de energia excedente ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE. O valor até 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em 12 meses.

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Aerogeradores	Ferramentas, Maquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	256	104.840	34	1.820	411	5	897	1.060	109.323
Custo histórico	300	162.522	103	2.336	536	17	1.007	1.060	167.881
Depreciação acumulada	(44)	(57.682)	(69)	(516)	(125)	(12)	(110)	-	(58.558)
Adições	-	-	-	-	4	-	-	789	793
Baixas custo	-	-	-	(62)	(4)	-	-	(1)	(67)
Baixas depreciação	-	-	-	26	1	-	-	-	27
Transferências custo	-	77	(47)	(259)	5	261	-	(37)	-
Transferências depreciação	-	(77)	65	91	-	(79)	-	-	-
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	-	(43)	(43)
Depreciação	(21)	(9.375)	(4)	(124)	(57)	(2)	(106)	-	(9.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	235	95.465	48	1.492	360	185	791	1.768	100.344
Custo histórico	300	162.599	56	2.015	541	278	1.007	1.768	168.564
Depreciação acumulada	(65)	(67.134)	(8)	(523)	(181)	(93)	(216)	-	(68.220)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	5.096	5.096
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	(157)	-	(157)
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	-	105	-	105
Transferências custo	-	-	-	-	393	85	-	(510)	(32)
Depreciação	(20)	(9.375)	(3)	(107)	(46)	(18)	(53)	-	(9.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	215	86.090	45	1.385	707	252	686	6.354	95.734
Custo histórico	300	162.599	56	2.015	934	363	850	6.354	173.471
Depreciação acumulada	(85)	(76.509)	(11)	(630)	(227)	(111)	(164)	-	(77.737)
Taxa média depreciação anual %		5,77%	5,36%	5,31%	10,36%	6,47%	5,26%		-

(*) Os arrendamentos são representados pela locação de veículos e terras destinados a viabilizar as atividades da planta.

(a) Estimativa da vida útil dos ativos e custos com remoção

A cada três anos é realizada uma revisão formal das estimativas da vida útil pela Companhia, mesmo que não existam indicativos de mudança. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período da autorização.

Na avaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos com remoção de imobilizado além das alterações das estimativas de vida útil média que segundo avaliação da equipe técnica foi reduzida de 30 para 20 anos.

Em 2021, foi realizada nova revisão das estimativas, não sendo identificadas atualizações aplicáveis.

Os custos com remoção reconhecidos compreendem o valor de R\$2.464 (ver nota explicativa nº 13).

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores pode ser assim apresentado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores	1.875	210
Partes relacionadas	3.067	939
	<u>4.942</u>	<u>1.149</u>

10. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 13	5
Energen Energias Renováveis S.A.	(i) 1	5
Novo Horizonte Energética S.A.	(i) 3	42
Seabra Energética S.A.	(i) 7	43
	<u>24</u>	<u>95</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Partes relacionadas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	3.017	906
Energen Energias Renováveis S.A.	(i) 16	-
Seabra Energética S.A.	(i) 33	33
Santa Rosa S.A.	(i) 1	-
	<u>3.067</u>	<u>939</u>

		<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita de serviços com partes relacionadas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	274	5
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	12	11
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	33	68
Seabra Energética S.A.	(i)	67	91
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(i)	102	-
		<u>488</u>	<u>175</u>
Custo no fornecimento de energia elétrica:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(3.273)	(2.605)
Energen Energias Renováveis S.A.	(ii)	(18)	(16)
Santa Rosa S.A.	(ii)	(11)	-
	(ii)	<u>(3.302)</u>	<u>(2.621)</u>
Despesas gerais e administrativas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(502)	(313)
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	(27)	(7)
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	(18)	-
Seabra Energética S.A.	(i)	(41)	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	(2)	-
		<u>(590)</u>	<u>(320)</u>

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE: (i) serviços de gerenciamento das atividades de operação e compartilhamento de custos administrativos, firmado com a Statkraft Energias Renováveis S.A.; e (ii) serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo; e (iii) revenda de material de estoque.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

11. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Menos de 1 ano	51	129
Entre 2 e 5 anos	487	576
Mais de 5 anos	<u>930</u>	<u>930</u>
Total dos pagamentos mínimos	<u>1.468</u>	<u>1.635</u>
Encargos financeiros futuros	<u>(733)</u>	<u>(825)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>735</u>	<u>810</u>
Apresentados como:		
Circulante	51	129
Não circulante	684	681

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 8 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	<u>Terras</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>794</u>	<u>103</u>	<u>897</u>
Amortização	(55)	(51)	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>739</u>	<u>52</u>	<u>791</u>
Baixas	-	(52)	(52)
Amortização	(53)	-	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>686</u>	<u>-</u>	<u>686</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Base de cálculo presumido - Comercio	29.309	34.927	29.309	34.927
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo presumido - Serviço	114	-	114	-
Presunção do lucro tributável - %	<u>32%</u>	<u>-</u>	<u>32%</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL	<u>2.381</u>	<u>2.794</u>	<u>3.554</u>	<u>4.191</u>

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas	1.963	174	1.963	174
Base de Cálculo	4.344	2.968	5.517	4.365
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(1.086)	(742)	(496)	(393)
Outros efeitos em tributos	19	175	-	94
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(1.043)	(543)	(496)	(299)

13. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios entende que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Conforme avaliação realizada em setembro de 2017, os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização mensurados e capitalizados na Companhia na data da avaliação totalizaram o montante de R\$2.464. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão é de R\$3.020 (R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social está representado por 81.700.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma (96.700.000 de ações em 31 de dezembro de 2020), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 26 de junho de 2021 a Companhia reduziu seu capital em R\$15.000, onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	9.851	2.819
Constituição da reserva legal	<u>(493)</u>	<u>(141)</u>
Base de cálculo	9.358	2.678
Dividendo mínimo estatutário - %	<u>25</u>	<u>25</u>
Dividendos propostos	(2.340)	(670)
Dividendos adicionais	<u>(2.030)</u>	<u>(11.416)</u>
Total de distribuição de dividendos do período	<u><u>(4.370)</u></u>	<u><u>(12.086)</u></u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	(0,0263)	(0,0072)
Dividendos adicionais - em R\$	(0,023)	(0,1234)

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Em 1 de janeiro de 2020	<u>1.185</u>
Pagamentos realizados	(12.601)
Dividendos adicionais aprovados	11.416
Dividendos mínimos obrigatórios	670
Em 31 de dezembro de 2020	<u>670</u>
Pagamentos realizados	(2.700)
Dividendos adicionais aprovados	2.030
Dividendos mínimos obrigatórios	2.340
Em 31 de dezembro de 2021	<u><u>2.340</u></u>

Em 29 de maio de 2020 os acionistas autorizaram a distribuição de dividendos adicionais limitados ao saldo de reserva de lucros a serem distribuídos mediante a disponibilidade de caixa da Companhia, mas dentro do prazo limite de até 31 de dezembro de 2021. Em 2021, foi distribuído o montante de R\$2.030 de dividendos adicionais (R\$11.416 em 2020).

15. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta da prestação de serviços	386	166
Tributos sobre a prestação de serviços	<u>(47)</u>	<u>(17)</u>
	339	149
Receita bruta da venda de energia elétrica	28.722	26.117
PIS sobre a venda de energia elétrica	(187)	(170)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	<u>(862)</u>	<u>(783)</u>
	27.673	25.164
	<u>28.012</u>	<u>25.313</u>

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra de energia	(30)	(26)
Depreciação e amortização	(9.752)	(9.841)
Serviços de terceiros	(1.948)	(3.469)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.391)	(2.621)
Encargos setoriais	(1.327)	(992)
Seguros fianças e comissões	(462)	(376)
Custos com pessoal	-	(1.361)
	<u>(15.910)</u>	<u>(18.686)</u>

b) Despesas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(1.203)	(682)
Serviços tomados de partes relacionadas	(590)	(320)
Encargos setoriais	(35)	(260)
Viagens e estadias	(121)	(71)
Propaganda e publicidade	(40)	(38)
Impostos e taxas	(85)	(65)
Aluguel	(137)	(110)
Despesas com pessoal	-	(465)
Outros	<u>(123)</u>	<u>(172)</u>
	<u>(2.334)</u>	<u>(2.183)</u>

c) Outras receitas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucros cessantes	1.726	-
Perda com baixa de ativo imobilizado	<u>(44)</u>	<u>(40)</u>
	<u>1.682</u>	<u>(40)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	237	162
Outras Receitas financeiras	<u>72</u>	<u>206</u>
	309	368
Despesas financeiras		
Encargos incorridos sobre financiamentos	-	(807)
Juros sobre arrendamento mercantil	(91)	(100)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(2)
Outras despesas financeiras	<u>(278)</u>	<u>(202)</u>
	(369)	(1.111)
	<u>(60)</u>	<u>(743)</u>

18. PROVISÃO RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2021 e 2020.

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controlada em conjunto SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.

- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistentes da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A controladora da Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	9.851	2.819
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>88.892</u>	<u>92.489</u>
Lucro por ação	<u><u>0,111</u></u>	<u><u>0,030</u></u>

20. OUTROS RISCOS

- a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica (nota explicativa nº 1), sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 2.18). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

- b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

21. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2022 a 31 de março de 2023.
